



Ministério da Fazenda
Gabinete do Ministro / Assessoria para Assuntos Parlamentares
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 5º andar CEP 70070-917
(61) 3412.2531(2513) - aap.df.gmf@fazenda.gov.br

Ofício nº 14 AAP/GM-MF

Brasília, 20 de janeiro de 2017

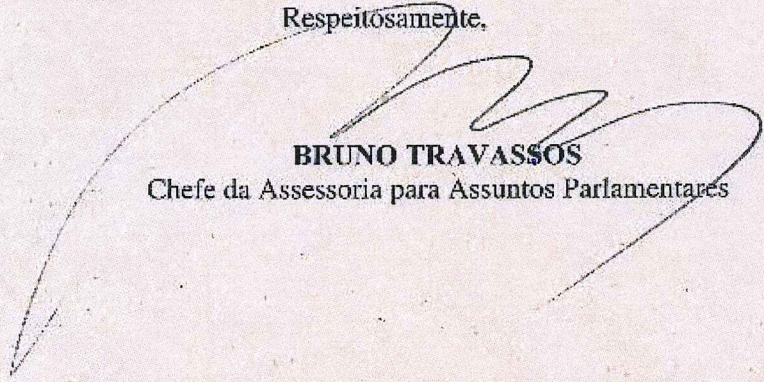
A Sua Excelência a Senhora
Deputada SIMONE MORGADO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 136
Brasília - DF

Assunto: Of. Pres. Nº 191/16-CFT, de 14.09.2016

Senhora Deputada,

Referindo-nos à correspondência acima indicada, encaminhamos a Vossa Excelência, de ordem do Sr. Ministro, cópia do Memorando nº 737/2016-RFB/Gabinete, de 21.11.2016, elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as informações solicitadas sobre o Projeto de Lei nº 4.934/2013.

Respeitosamente,


BRUNO TRAVASSOS
Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares

Anexo: 1/5



Ministério da
Fazenda



Receita Federal

Memorando nº 434/2016 – RFB/Gabinete

Brasília, 21 de Novembro de 2016.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda

Assunto: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei 4.934/2013.

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad Coest nº 172, de 31 de outubro de 2016, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad) desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que analisou a proposição legislativa em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bl. P, 7º andar, CEP 70048-900 – Brasília-DF
www.rfb.gov.br

Documento de 1 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP21.1116.22147.QS12. Consulte a página de autenticação no final deste documento.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.582, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por THAIS CORSETE ROCHA em 17/11/2016 09:56:00.

Documento autenticado digitalmente por THAIS CORSETE ROCHA em 17/11/2016.

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO DEHER RACHID em 21/11/2016.

Esta cópia / impressão foi realizada por LUANA MARASCIULO GARCIA em 21/11/2016.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP21.1116.22147.QS12

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.



Ministério da
Fazenda



Receita Federal

Nota Cetad/Coest nº 172, de 31 de Outubro 2016.

Interessado: Gabinete Receita Federal / Congresso Nacional

Assunto: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 4.934, de 2013.

c-dossiê nº 10030.000150/1016-31

A presente Nota Técnica tem por objetivo analisar e responder à solicitação formulada através do Memorando nº 10.222/AAP encaminhado ao Cetad, acerca do impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 4.934, de 2013 – que objetiva permitir a **utilização de precatórios na aquisição de bens oriundos de execuções fiscais**.

2. O referido projeto de lei acrescenta o art. 43-A à Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, a fim de permitir a utilização de precatórios na aquisição de bens oriundos de execuções fiscais. A redação foi proposta nos seguintes termos:

"Art. 1º Esta lei acrescenta o art 43-A à Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, a fim de permitir utilização de precatórios na aquisição de bens oriundos de execuções fiscais.

Art 2º A Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte artigo 43-A:

"Art. 43-A. O credor de precatórios judiciais poderá utilizá-los na aquisição de bens leiloados oriundos de execuções fiscais.

Parágrafo único. O juízo que houver decidido o precatório expedirá carta para os fins previstos no caput."

3. De acordo com os dados apresentados na Prestação de Contas da Presidenta da República exercício de 2015, o volume de precatórios constante no demonstrativo da dívida consolidada líquida era de R\$ 265,1 milhões para 2015. No que concerne à arrecadação proveniente de leilões, a Receita Federal apresentou montante de R\$ 216,8 milhões em 2015.

4. Considerando-se estes parâmetros e, caso os valores dos precatórios sejam superiores ao volume arrecadado com os leilões, a renúncia de receita será o volume total arrecadado em leilões. Dessa forma, estima-se com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.934/2013 uma renúncia de receita não tributária de:

Renúncia de Receita Estimada	2016		2017	2018
	Ano	Mês		
	229,35	19,11	246,54	268,70

5. Para análise dos aspectos jurídicos da medida ora analisada, propõe-se o encaminhamento à Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri.

São estas as considerações submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente

JOYCE FERREIRA DE ARRUDA

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se à ao Chefe do Cetad.

Assinado digitalmente

ROBERTO NAME RIBEIRO

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

Coordenador da Coest

De acordo. Aprovo a Nota. Encaminhe-se conforme proposto.

Assinado digitalmente

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Chefe do Cetad



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por JOYCE FERREIRA DE ARRUDA em 16/11/2016 12:01:00.

Documento autenticado digitalmente por JOYCE FERREIRA DE ARRUDA em 16/11/2016.

Documento assinado digitalmente por: ROBERTO NAME RIBEIRO em 16/11/2016, CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 16/11/2016 e JOYCE FERREIRA DE ARRUDA em 16/11/2016.

Esta cópia / impressão foi realizada por LUANA MARASCIULO GARCIA em 21/11/2016.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP21.1116.22159.H0RJ

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.